

DORORIDADE EM *É FOGO!* (1987), DE MARIA HELENA VARGAS DA SILVEIRA (1940-2009): A VOZ DE HELENA DO SUL RECOLHENDO OUTRAS VOZES

DORORIDADE IN *É FOGO!* (1987), BY MARIA HELENA VARGAS DA SILVEIRA
(1940-2009): THE VOICE OF HELENA DO SUL GATHERING OTHER VOICES

Denis Moura de Quadros¹⁴⁴

RESUMO: Ao falarmos de uma literatura produzida por mulheres negras não podemos ignorar os atravessamentos que compõem as suas escritas: gênero e raça. Além desses atravessamentos, o “fio” que conduz as suas narrativas escritas é a memória e a busca “entrecortada” dessa memória ancestral dilacerada pelos processos de opressão. Assim, Vilma Piedade (2017) cunha uma nova perspectiva filosófica que intersecciona a dor de, pelo menos, duas opressões: gênero e raça, a Dororidade. Pretendemos analisar a obra de estreia de Maria Helena Vargas da Silveira, *É fogo!* (1987) sob a perspectiva da Dororidade, articulando ao postulado o conceito de literatura afrofeminina (SANTIAGO, 2012), um conceito que pensa essas narrativas sob o prisma dos atravessamentos e da autorrepresentação dessas autoras, na busca de dessilenciar e romper com os estereótipos que insistem em subalternizá-las.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura afrofeminina; dororidade; interseccionalidade; Helena do Sul.

ABSTRACT: When we talk about a literature produced by black women, we cannot ignore the crosses that compose their writings: gender and race. In addition to these crossings, the “yarn” that leads to their writing narratives is the memory and the “intercropped” search of this ancestral memory torn apart by the processes of oppression. Thus, Vilma Piedade (2017) Wedge A new philosophical perspective that intersects the pain of at least two oppressions: Gender and race, the Dororidade. We intend to analyze the premiere work of Maria Helena Vargas da Silveira, *É fogo!* (1987) from the perspective of the Dororidade, articulating to the postulated the concept of african-feminist literature (SANTIAGO, 2012), a concept that thinks these narratives from the prism of Crossing and self-representation of these authors, in the search for Disselinciar and break with the stereotypes that insist on subaltering them.

¹⁴⁴ Doutorando em Letras na Universidade Federal do Rio Grande – Brasil. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande – Brasil. Bolsista Capes – Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5733-6857>. E-mail: denis-dp10@hotmail.com

KEYWORDS: African-feminist literature; dororidade; intersectionality; Helena do Sul.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde a assinatura da lei áurea, em 1888, poucas foram as mudanças sociais no que tange o combate ao racismo. A tal *liberdade* exigia que os descendentes de africanos escravizados esvaziassem as senzalas e fossem jogados a própria sorte e sem direito algum. Assim, ex-escravos iniciam uma nova saga, denunciada por Maria Firmina dos Reis (1825-1917) em *Úrsula* (1859), em especial, na voz da personagem Mãe Susana que explica ao recém-liberto Túlio que os negros nunca estarão livres em uma sociedade racista. As cotas que garantem a entrada de descendentes desses sujeitos nas universidades públicas corre, diariamente, o risco de serem retiradas, além disso, os negros, maioria no Brasil (somando em torno de 52% da população), ocupam uma pequena parcela no corpo docente das universidades e quando adicionamos a questão de gênero o índice cai ainda mais.

Quando falamos em literatura de autoria negra, percebemos que a lacuna de nomes é, ainda, muito grande. Pouco sabemos e pouco lemos esses autores na Academia, enquanto que os livros didáticos trazem, com muito custo, *Navio negreiro* (1869) do canônico Castro Alves (1847-1871) em que os escravos são apenas tema. Não podemos deixar de citar o lançamento de vários autores (as) negros (as) através das publicações dos *Cadernos negros* a partir de 1978 pelo grupo *Quilombhoje* e todos aqueles autores negros resgatados pelo Movimento Negro, antes e depois de ser Unificado, como Luis Gama (1830-1882), Solano Trindade (1908-1974) e outros. Quando restringimos a lista para mulheres negras ela torna-se, ainda mais, lacunar. As primeiras que despontam, após uma busca de nomes, são Carolina Maria de Jesus (1914-1977) com o *bestseller* da década de 1960 *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* e Conceição Evaristo (1946-), que, além de escritora, é pesquisadora e ativista negra, tendo sua entrada recusada na Academia Brasileira de Letras em 2018.

Carolina de Jesus e Conceição Evaristo publicam no sudeste do país, centro cultural e, mesmo periféricas, têm suas “vozes” autorais publicadas e distribuídas ao resto do Brasil. Contudo, quando saímos do “centro” do país e vamos para as extremidades encontramos mais silêncio, em especial, no Rio Grande do Sul em que predomina a divulgação de que somos hegemonicamente brancos pela colonização de origem alemã e italiana. A região sul embranquecida proporciona esse longo silêncio e essa lacuna das vozes autorais negras e isso se reflete nos escassos trabalhos acadêmicos sobre as escritoras negras gaúchas. Assim, trazemos nesse trabalho, a escrita de Maria Helena Vargas da Silveira (1940-2009), pelotense, que publica entre 1987 e 2007 dez obras literárias que variam entre poesia, contos, crônicas e novelas sociais.

Nascida em Pelotas, em 4 de junho de 1940, termina o curso normal e licencia-se em pedagogia em 1971 pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), professora em escolas públicas de diversas cidades gaúchas, entre elas Porto Alegre, Pelotas e São Lourenço do Sul, leciona como pedagoga da rede de supermercados Carrefour. Em 1999 muda-se para Brasília com a finalidade de assumir um cargo administrativo na Fundação Cultural Palmares, local em que assume o epíteto de Helena do Sul. Atua durante dois anos como consultora de projetos e planejamento da formação continuada de professores que lecionavam em áreas remanescentes quilombolas e presta serviços de consultoria à UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Helena do Sul torna-se uma Ancestral em 2009, vítima de um aneurisma cerebral. (EVARISTO, 2011)

É fogo! (1987) é a obra de estreia de Maria Helena Vargas da Silveira, constituída da narrativa de inúmeras histórias da personagem Maria, desde seu nascimento às lutas como alfabetizadora. *É fogo!* tem fortes traços biográficos como, por exemplo, a personagem Maria e a escritora Maria, ambas filhas de Zé Bigode, contudo, há rupturas que negam o pacto autobiográfico como, por

exemplo, a mãe da personagem, dona Rosa, e a mãe da autora, Maria Iolanda. Essa ruptura é característica da *escrevivência*, termo cunhado por Conceição Evaristo para designar e analisar sua obra e de outras autoras atravessadas pelo gênero e raça, como é o caso de Maria Helena Vargas da Silveira.

As histórias contadas por Maria são costuradas por um fio muito particular: as memórias. Essa linha que costura a narrativa da autora é atravessada por sua condição de mulher negra gaúcha na sociedade brasileira e esses atravessamentos devem ser levados em conta em sua *escrevivência*, forma de dessilenciamento de sua voz autoral e, ao mesmo tempo, de outras vozes e vivências que se entrecruzam à sua. Amanda Crispim Ferreira em sua dissertação de mestrado (2013), discorre acerca dessa “linha” presente, também, na narrativa de Helena do Sul, em que: “A *escrevivência* lhe permite falar de si indiretamente e sem se nomear (...) está explícito o comprometimento, mas o pacto não se fecha” (FERREIRA, 2013, p. 49). Assim, analisaremos a obra da autora afro-gaúcha sob a perspectiva filosófica cunhada por Vilma Piedade, a Dororidade, uma dor atravessada pela condição de mulher e negra e que opera como uma agulha que “puxa” essas memórias.

2. ENEGRECENDO A TEORIA

Ao pensarmos nos atravessamentos da obra de Maria Helena Vargas da Silveira surgem, basicamente, dois: gênero e raça. Esses atravessamentos dialogam com o que Kimberlé Crenshaw (1959-) postula como interseccionalidade, a base de todo feminismo negro. A “(...) interseccionalidade é um conceito e uma abordagem metodológica que possibilita aos sujeitos analisarem as várias realidades existentes entre os grupos sociais historicamente excluídos.” (CRENSHAW, 2002, p. 90). Assim, a interseccionalidade nos permite pensar os inúmeros atravessamentos que oprimem essas mulheres negras que vão agregando estereótipos e, ao passo

que são atravessadas por outras opressões, são ainda mais invisibilizadas e silenciadas. Jurema Werneck na introdução à antologia de contos *Olhos d'água* (2016), de Conceição Evaristo, discorre sobre o lugar das mulheres negras no mundo, sobre o espaço que é delegado a elas na sociedade brasileira e que demarcam suas narrativas.

A mulher negra tem muitas formas de estar no mundo (...). Mas um contexto desfavorável, um cenário de discriminação, as estatísticas que demonstram pobreza, baixa escolaridade, subempregos, violações de direitos humanos, traduzem histórias de dor. (WERNECK, 2016, p. 13)

Se por um lado as escritoras negras sofrem pela opressão patriarcal, por outro sofrem outras opressões, dentre elas a opressão racial que é, também, cruzada pela opressão social. Sendo assim, a violência, não apenas simbólica, mas também física marcam esses corpos femininos negros e não poderiam ficar de lado em suas narrativas. Contudo, a tradução desse contexto desfavorável ocorre como pequenos “cortes” de gilete que levam os leitores ao “soco no estômago”. Essas autoras não apenas narram suas histórias, mas puxam delicados “fios” de memória que se entrelaçam em suas narrativas ficcionais. Esses fios podem ser percebidos nessa literatura afrofeminina como conceitua Ana Rita Santiago (2012). Heloísa Toller Gomes (2004) percebe não fios, mas pontes, ao afirmar que: “A escrita (da mulher) negra é construtora de pontes. Entre o passado e o presente, pois têm traduzido, atualizado e transmutado em produção cultural o saber e a experiência de mulheres através das gerações.” (GOMES, 2004, p. 13) Essas pontes se erguem, principalmente, no resgate de reminiscências de memórias individuais que buscam recompor uma memória coletiva que foi, mais do que tudo, retaliada, dilacerada.

Simone de Beauvoir (1908-1986) conclui que não se nasce mulher, mas torna-se mulher em *O segundo sexo* (1949) ao passo que Neusa Souza (1983) também conclui que não se nasce negro, mas torna-se negro, ou seja, passa-se por um processo de reconhecimento e conscientização. Essa tomada de consciência, também chamada de negritude, é um processo contrário à desafricanização. Quando chegavam em solo brasileiro, os negros eram batizados com nomes portugueses, tinham seus cabelos rapados, suas roupas substituídas por outras inferiores para que apreendessem sua subalternidade frente o poder hegemônico branco. Diferente do que a História oficial conta, e a mídia reproduz, sempre houve resistência e nem mesmo os castigos físicos amedrontavam esses africanos escravizados. Logo, essa tomada de consciência é também o início do processo de reafricanização, ao que discorre Souza (1983):

Ser negro é (...) tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme a dignidade alheia a qualquer nível de exploração. (SOUZA, 1983, p. 77)

Não se nasce negro, torna-se negro em um processo doloroso em que tocamos com mais profundidade nessa “ferida” criada pela branquitude para manter seus privilégios. Infelizmente Beauvoir, como grande parte das feministas brancas, compreendem as mulheres negras como o “Outro” dos homens negros, realocando-as nas pautas feministas que pedem o direito ao voto e ao trabalho com equiparidade salarial dos gêneros, esquecendo as particularidades dessas e outras mulheres não-brancas. Enquanto a luta feminista se concentrava na igualdade salarial, as mulheres negras ainda ocupam os subempregos herdados da escravidão e lotam as cozinhas alheias. A pauta por moradia ou qualidade de moradia não perpassa as pautas feministas,

mas estão, mesmo que enviesadas, nas pautas do Movimento Negro Unificado. As histórias ainda se repetem e o espaço negado tanto pelo feminismo quanto pelo MNU torna-se força e resistência no movimento feminista interseccional ou movimento feminista negro.

Então, partimos para os atravessamentos que compõem e constroem a identidade das mulheres negras que perpassa, principalmente, dois deles: gênero e raça, ou seja, essa identidade é oprimida pelo sexismo e pelo racismo. Assim sendo, analisar essas narrativas através dos eixos teóricos hegemônicos é, no mínimo, uma forma de deslegitimar essas narradoras, pois, como afirma Vilma Piedade: “(...) os conceitos, na sua totalidade, foram criados por Filósofos, Teóricos, Homens. Exatamente. São poucas as mulheres que criaram, criam conceitos no campo da Filosofia” (PIEIDADE, 2017, p. 11). Romper com a hegemonia insistente na Academia e na Crítica Literária é, pelo menos, corajosa, neste trabalho classificamos como afrontamento necessário ao espaço que ocupamos. Dororidade surge do atravessamento dessas dores, em um momento que a Sororidade já não dialogava inteiramente com essas mulheres negras cujas pautas eram deixadas “para amanhã”.

O caminho que percorro nessa construção conceitual me leva a entender que um conceito parece precisar do outro. Um contém o outro. Assim como o barulho contém o silêncio. Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciadas, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta.” (PIEIDADE, 2017, p. 16)

Assim, o conceito filosófico cunhado por Vilma Piedade não destitui, nem deslegitima a sororidade, mas amplia o conceito para que os atravessamentos e opressões das mulheres negras sejam (re) pensados nessa perspectiva. A sororidade dialoga com uma dor advinda da opressão do machismo e da insistente estrutura patriarcal da sociedade, em especial, brasileira. Porém, o conceito isolado não consegue acessar ou compreender a dor do racismo e de

outros atravessamentos como, por exemplo, a condição social e sua opressão. Assim, a Dororidade é a “agulha” que costura essas narrativas com as linhas da memória, pois é a partir dela que essas mulheres se autorrepresentam e, ao tomarem em suas mãos o poder da escrita, representam outras mulheres também negras e que compreendem em seu interior a Dororidade de ser mulher negra na sociedade machista e racista.

Quando eu argumentei que Dororidade carrega, no seu significado, a Dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo, destaquei que quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, tem um agravo nessa Dor, agravo provocado pelo Racismo. Racismo que vem da criação Branca para manutenção de Poder... E o Machismo é Racista. Aí entra a Raça. E entra Gênero. Entra classe. Sai a sororidade e entra Dororidade. (PIEADADE, 2017, p. 46)

A Dororidade é, pois, uma dor interseccionalizada que contempla esses corpos femininos negros marcados por essas dores. Construtora de pontes, as narrativas das mulheres negras traduzem histórias de Dororidade, uma narrativa costurada com linhas de “memórias”, pois não é uma memória fragmentada, mas, sobretudo, dilacerada em que não há retalhos, mas finos fios e a agulha não poderia ser outra que não a Dororidade. Assim, pensamos que analisar essas narrativas de uma perspectiva eurocêntrica deslegitima essas autoras, em especial Helena do Sul, além dessas teorias não conseguirem abarcar esses “bordados”, são narrativas que partem de vivências suas e de outras. Logo, é preciso repensar a teoria, enegrecê-la e afrocentrá-la.

Ainda, a nomenclatura e classificação dessas produções são problemáticas, visto que incluí-las em uma literatura afro-brasileira ou afrodescendente não questiona ou legitima o gênero e incluí-las como literatura de autoria feminina, ou de mulheres, não contribui para pensarmos questões raciais presentes na sua produção. Logo, não busco nenhuma teoria eurocêntrica ou de “referências” em literatura afro-brasileira que são brancas

ou em literatura negra que são homens e falam desse espaço. Logo, elenco o conceito cunhado por uma pesquisadora mulher e negra que é de literatura afrofeminina, cunhado pela prof. Dra. Ana Rita Santiago (2012).

Nesse contexto, a literatura afrofeminina é uma produção de autoria de mulheres negras que se constitui por temas femininos e de feminismo negro comprometidos com estratégias políticas civilizatórias e de alteridades, circunscrevendo narrações de negritudes femininas/ feminismos por elementos e segmentos de memórias ancestrais, de tradições e culturas africano-brasileiras, do passado histórico e de experiências vividas, positiva e negativamente, como mulheres negras. Em um movimento de reversão, elas escrevem para (des) silenciarem as suas vozes autorais e para, através da escrita, inventarem novos perfis de mulheres, sem a prevalência do imaginário e das formações discursivas do poder masculino, mas com poder de fala e de decisão, logo senhoras de si mesmas. (SANTIAGO, 2012, p. 155)

Então, ao tomar o poder da escrita nas mãos, as mulheres negras se autorrepresentam e rompem com esses estereótipos que as marginalizam e sexualizam. Além disso, há a preocupação com o resgate de uma memória ancestral, talvez coletiva, dilacerada cujos pedaços boiam e resistem nos grandes quilombos chamados de terreiros e nos quilombos que diariamente sofrem ameaças e resistem às inúmeras reintegrações de posse na (in) justiça brasileira. No Brasil todo, o Candomblé se desenvolve como esses centros de cultura e religiosidade de matriz africana que mantêm, dentro de cada assentamento, um pedaço retirado a fórceps da Mãe África. Contudo, a constituição religiosa não é a mesma no Rio Grande do Sul em que os terreiros praticam o que conhecemos por Batuque ou, ainda os mais tradicionais, de Nação.

Sendo assim, a literatura afrofeminina, como reflete a pesquisadora negra: “não (...) quer repetir histórias e vivências, mas desconstruí-las, quando oportuno, afirmar ancestralidades e práticas socioculturais afrobrasileiras,

quando necessário, e inventar memórias de autoconstituição também como narrativas de si/nós.” (SANTIAGO, 2012, p. 28). Logo, Maria Helena Vargas da Silveira ou Helena do Sul recolhe outras vozes e outras vivências advindas de memórias ancestrais e dos Ancestrais, desconstruindo os mitos engendrados pelo mito da democracia racial que se renova anualmente.

3. DORORIDADE EM É FOGO! (1987), DE MARIA HELENA VARGAS DA SILVEIRA

É fogo! (1987) é narrado em terceira pessoa, com um narrador que acompanhará os passos de Maria e que sabe profundamente quem ela é escavando suas dores e vivências. Mesmo onipresente e onisciente, a escrita afrofeminina rompe com possíveis classificações desse narrador ao ponto que autora e personagem têm suas histórias atravessadas. O narrador é a voz da autora amalgamada de outras vozes, vozes que compartilham da mesma Dororidade. A obra é composta por dezoito capítulos, uma “Apresentação” do livro escrita pelo advogado negro, amigo e ex-diretor social da Escola de Samba Imperadores do Samba de Porto Alegre, Wanderlei Fernandes dos Santos e um posfácio intitulado *O encontro no “foco do fogo”* escrito por Gladis Borges da Silveira, professora de língua portuguesa e literatura, e Noemi Bueno, orientadora educacional. Cada capítulo traz uma epígrafe escrita pela própria autora em primeira pessoa e inicia no capítulo *Identidade*, em que Maria é apresentada aos leitores, e encerrando a trajetória com *Até mais ver* em que Maria se despede. “Maria é gente nossa” (SILVEIRA, 1987, p. 11) afirma a narradora no primeiro capítulo, ela é o fio da história que será narrada, ela é a memória resgatada enfiada na agulha de atravessamentos que é a Dororidade. Na epígrafe do livro, a autora já adianta esse *fogo* da revolução e da resistência: “Nos incêndios das lutas, quem descobrir as fagulhas que restarem, poderá criar um fogo maior para continuar os movimentos de amor ou desamor, dependendo daquilo em que acreditar” (SILVEIRA, 1987, p. 8), coloca-se, ainda,

como Ancestral, como precursora o que dentro da literatura afrofeminina gaúcha se conclui, pois, ainda, não há registros encontrados de autoras negras anteriores à Helena do Sul.

O primeiro capítulo, *Identidade*, apresenta a personagem Maria Silva que acompanhará e confirmará as histórias contadas ao longo da obra. Histórias essas marcadas pela oralidade comum nas narrativas da literatura afrofeminina, afinal, são as vozes que ecoam dessas escritas. A voz narrativa revela a “identidade” de Maria que está pronta a confirmar o que se conta, dando seu testemunho e sua confirmação das histórias que traduzem Dor.

Maria não é aquela que vai com as outras, mas a que carrega o fardo da autenticidade gerada pela prática do ela mesma; um animal racional, indefesa cruzada dos pagos do Sul, gerada na doce Pelotas, a Princesa do Rio Grande. Pelotas foi seu berço. Teve um cenário especial por presente: prelúdio da primavera, tudo verde e amarelo e era Semana da Pátria. (SILVEIRA, 1987, p. 12)

As marcas de Maria nos fazem ligá-la, quase que diretamente, à autora pelas coincidências de nascimento e de nomes, contudo, mesmo com essas marcas de “identidade”, Maria não pertence ao Rio Grande do Sul e, assim, suas histórias também não demarcam uma “pertença” gaúcha, ao contrário, Maria Silva é brasileira e suas histórias são compartilháveis com inúmeras “Marias” que trazem em seu âmago a Dororidade. Os próximos capítulos discorrem sobre a infância de Maria e da figura de seus Ancestrais diretos: seus avós, de sua formação no curso Normal e de sua experiência lecionando. Além disso, os capítulos também trazem essa marca da “diáspora” negra que, diferente de outras, é constante. Maria nasce em Pelotas, mas em busca de melhores condições vai morar na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, e até mesmo no Rio de Janeiro, contudo, acabam encontrando condições menos favoráveis e

retornam a Pelotas, reencontrando o Minuano¹⁴⁵. É nesse retorno que Maria é matriculada em uma escola na esperança de melhorar suas condições sociais.

Maria tem sete anos. Hora de ir para a escola. Que felicidade! Já disse que a escola é a esperança do pobre. Maria vai aprender alguma coisa fora do lar e ninguém pode tirar-lhe o que aprender. Isto não se rouba, mesmo que seja pobre e que este pobre seja um negro, descendente de africanos, escravos do Brasil. O estudo liberta. (SILVEIRA, 1987, p. 35)

A narrativa de Helena do Sul lembra outras como, por exemplo, a da precursora Maria Firmina dos Reis quando afirma que a mente ninguém pode escravizar e Carolina Maria de Jesus ao afirmar que a escravidão continua sob o signo da fome. Interessante notar que a voz narrativa resgata o lugar de Maria, negra, pobre, descendente de africanos que foram escravizados e que continuam “escravos do Brasil”, denotando que desde 1888 pouca coisa mudou. A esperança dessas crianças pobres e negras é o estudo, é a conclusão de uma formação que lhes permita trabalhar e, se possível, ascender e, mesmo assim, as oportunidades são poucas. Atenuadas pelas cotas raciais, nunca antes na história desse país houve uma porcentagem tão significativa de descendentes de africanos nas universidades, contudo, o número ainda é pouco e nas pós-graduações as barreiras ainda se levantam. Maria continua errante, estuda em várias escolas pelo Rio Grande do Sul e, ao terminar o Ginásio, parte para o curso Normal, uma possibilidade de, depois de formada, trabalhar.

Na epígrafe do capítulo *Opção pelo óbvio*, a autora afirma que: “Quem vem pelos caminhos pela mão dos outros, ao vislumbrar vários percursos, opta pelo que lhe der condições imediatas de sustentar-se sozinho.” (SILVEIRA, 1987, p. 55), essas mãos a que ela se refere são as de sua mãe costureira e de tia

¹⁴⁵ Vento frio e úmido que sopra no Rio Grande do Sul e que em Pelotas, em especial, tem um pouco de maresia advinda da cidade vizinha Rio Grande, litoral sul.

Ci que fizera um “pacto” de contribuir financeiramente com seu material escolar. Assim, libertar-se para Maria/Helena do Sul é seguir o caminho óbvio: Lecionar. Esse caminho era, comumente, trilhado pelos mais pobres que resistiam e conseguiam, a duras penas, chegar até ali, pois era o caminho que garantia emprego após seu término. Outro caminho que a voz narrativa aponta era a Escola Técnica Federal: “celeiro da cultura dos pobres, dos negros, dos vileiros da cidade” (SILVEIRA, 1987, p. 57) localizada, também, em Pelotas.

Uma crítica constante que Maria faz é acerca da cartilha escolar que começa com Lili, ainda na sua alfabetização, e muda só de nome, mas não faz relação alguma com a vivência desses alunos, dificultando assim o processo de ensino-aprendizagem. Ao entrar no Curso Normal, em 1957, exigindo um ano de estágio, o que adiara a possibilidade de trabalhar de Maria. Contudo, essa não fora sua maior decepção e/ou dificuldade no curso, mas seu incômodo com a disciplina de Didática, em especial da Linguagem, que seguiam a “cartilha” tanto criticada pela total falta de diálogo que (não) mantinha com os alunos.

A professora de Didática da Linguagem foi o monstro de uma cabeça só, porém terrível. Não descia do elevado pedestal, contemplando os lixos que eram os alunos. Seu lenço Chanel virou símbolo de pessoas impenetráveis que enrolam a garganta, trancando a dor, oprimindo gemidos, escondendo o que são. Quem esconde o que é, revela-se em cima dos outros pelos atos, olhares de pouco caso. (...) Seu público era restrito, jamais trouxe exemplos de como alfabetizar um possível João com fome, uma Clara fanhosa ou um colono pomberana. E nem poderia dar, era apenas um luxo, mãos sempre encobertas por luvas, como a de todos os professores que não querem sentir o tato, o calor de seus alunos, o contato mais direto com o ser e suas carências. (SILVEIRA, 1987, p. 66)

Ironicamente, a professora de Didática da Linguagem usava uma “máscara de flandres” em forma de lenço Chanel. Ao afirmar que essa professora esconde a dor debaixo do lenço, negando que os gritos das gargantas saiam, Helena do Sul retoma o quanto a “ferida” do Racismo e de outras

opressões é, forçadamente, escondida em finos panos que não lhe tapam, nem lhes curam, mas fingem, o quanto for possível, que elas não existem. A funcionalidade da língua e, em especial, da literatura, estão em “arrancar” esses panos e escutarmos essas dores que se desdobram em gemidos quase inaudíveis. Para Maria, uma aula em que os supostos alunos eram crianças inexistentes não serviria para nada em sua prática, crítica que faz, também, aos manuais de alfabetização que pouco mudaram. O questionamento que persegue Maria é como ensinar os alunos cujas realidades ela conhece e das quais ela já passara como criança negra e pobre no Rio Grande do Sul. Esse crítica/questão percorre, também, a Dororidade, pois esses alunos, respeitando suas individualidades, partem de espaços periféricos em que a opressão pode ser “vista” com mais intensidade.

Maria já percebia que os alunos não eram simples receptáculos de disciplinas, era necessário intercalar a alfabetização com as suas realidades, com seu espaço no mundo. Contudo, eram tantas as “feridas” e muitas já conhecidas e não-saradas que diante delas: “Maria foi sumindo no encontro com tantas realidades. Precisou desertar. Depois de haver cantado com crianças, foi calando a voz e sentindo uma vontade enorme de gritar de dor real.” (SILVEIRA, 1987, p. 77). Maria sabe e conhece cada ferida, a Dororidade falou alto demais, o encontro de Maria com sua própria realidade e outras, ainda mais cruéis que a sua, culminam em seu corpo em forma de doença e ela se vê obrigada a recuar. Passados alguns meses de tratamento, ela retorna com mais força, pronta a purgar suas feridas, mesmo que momentaneamente.

Depois de formada no curso Normal, Maria parte para arranjar emprego, na mesma época o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (1922-2004), começara a contratar professores para alfabetização nas inúmeras escolas que surgiam que, na verdade, eram grandes galpões de madeira. Maria vê nos contratos seu objetivo principal sendo alcançado: trabalhar. Aluna dedicada às disciplinas e, mesmo contrariada, adaptando-se às aulas de didática

e ao estágio supervisionado obrigatório entra em um embate pessoal em que de um lado a nota final e a adequação das atividades pensadas para outras crianças que não aquelas sentadas nas carteiras à sua frente e de outra a vontade de fazer a diferença àquelas crianças e suas realidades. Arduamente Maria consegue passar pelas inúmeras provas e no dia da formatura é laureada.

Os supervisores do estágio transformaram a atuação das meninas em notas, tirando a média entre a média do curso e a nota do estágio. Aconteceram dez médias mais altas entre as sessenta e cinco formandas e entre estas dez médias estava a de Maria, a mais alta, a primeira das dez, incluindo curso e estágio. Até hoje Maria guarda um papel surrado, chamado atestado de Laureada (...) As “dez mais” foram chamadas para assinar um contrato de trabalho em continuidade na Casa Grande do estágio, com suas ex-turmas. Quer dizer, as nove mais, pois Maria não foi chamada. (SILVEIRA, 1987, p. 84)

A dor é Preta, as oportunidades negadas à Maria não partem, nesse caso, da opressão contra a mulher, mas do Racismo velado que nega a essas mulheres as oportunidades de crescimento. Mais uma vez, Tia Ci teve que intervir e Maria assina o contrato de trabalho na cidade sem a necessidade de ter que ir para outro município. Contudo, Maria não se contenta com sua zona de conforto e encara, bravamente, a ida para a cidade de São Lourenço do Sul-RS, cidade que homenageará a escritora com o convite para patrona da feira do livro em 1995. Na cidade, Maria percebe que a fama racista da cidade parte, também, da negação da negritude dos professores negros. Retorna à Pelotas-RS, depois vai para Porto Alegre onde ingressa no curso de pedagogia começado na UCPel (Universidade Católica de Pelotas) e parte para trabalhar no Morro da Cruz, na Vila São José em Porto Alegre. “Não passava do que já era: pobre, professora e estudante universitária, usando alpargatas surradas ou um par de botas de camurça como um cowboy sem graça, longe do rodeio” (SILVEIRA, 1987, p. 114)

A linha “memória” é costurado pela agulha “Dororidade” e, em meio às memórias do magistério, a morte de uma amiga, hoje feminicídio, é lembrada.

Neuza foi assassinada por um major da Aeronáutica, o marido, o machão até agora impune que estraçalhou a flor que perfumou sua vida, deixando dois rebentos vivos, violentados, em piores condições do que os alunos pelos quais Neuza lutava. (SILVEIRA, 1987, p. 124)

O feminicídio, desde muito tempo, ocorre na sociedade brasileira cuja base, ainda, permanece machista. As leis que protegem, juridicamente, as mulheres são recentes, contudo, a opressão e a morte dessas mulheres é uma realidade muito anterior. Maria lembra Neuza, uma parceira na luta contra o preconceito e humanização da educação, em especial, a alfabetização dos alunos da escola do Morro da Cruz. O marido militar assassinara sua esposa, deixando órfãos de mãe duas crianças que, seguindo o fluxo da história, são abandonadas logo que ele, o marido, encontrar outra “esposa”. Segundo o Atlas da Violência de 2018, levantados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), a morte das mulheres negras subiu cerca de 15,4% em 10 anos frente à diminuição de 8% das mortes de mulheres não negras, dentro do índice não é possível afirmar que todas os homicídios são feminicídios, mas os dados comprovam a violência e a violação do corpo feminino negro. A opressão sofrida pelas mulheres negras tem aumentado, opressão que se entrecruza ao Racismo institucional que liga-se fortemente às bases sociais, racismo que, ainda, persegue.

Seguia feliz pelas ruas, precisa chegar até a Delegacia de Ensino, tratar de assuntos pedagógicos. Quando chegava na porta, já lhe indicavam rapidamente a sala das serventes. Maria sorria e agradecia a bondade de lhe apresentarem sala tão nobre e olho no olho dizia qual era o assunto e se podia naquela sala arranjar um visto para o plano pedagógico. A porteira levava um susto, acabava indicando-lhe a entrada correta. Que barra! Negro tem que ser

servente do colégio, está predestinado a escravo, pelo menos pensavam assim as porteiras da D. E. que não recebem um treinamento de recepção onde esteja incluído: “negro também pode ser professor, supervisor, orientador”, qualquer coisa terminando em dor que não seja somente o trabalho braçal, com todo o respeito pela atividade manual, pelo trabalho duro, pela origem. (SILVEIRA, 1987, p. 128-129)

Como afirma Lélia González: “Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta.” (GONZÁLEZ, 1984, p. 159), as dúvidas e perguntas acerca dos diplomas e méritos dos negros é, quase sempre, questionável. Quando apontamos tal Racismo em nossos trabalhos acadêmicos somos taxados de “panfletários”, mas se não discutirmos tal problema na Academia em que espaço o faremos? Maria é barrada na porta da Delegacia de Ensino por ser mulher negra, Conceição Evaristo é barrada na porta da ABL (Academia Brasileira de Letras) por ser mulher negra. Ou seja, ao falar de si, de uma memória sua, Helena do Sul recolhe outras vozes que tiveram essa experiência, ou similar, e faz refletir sobre essas barreiras, desnaturalizando-as, às pessoas não negras que não tiveram essa experiência e compactuam para a manutenção dessas e outras barreiras.

Maria não se cala ao ver a opressão sofrida pelos seus e esse ato de subversão faz com que seu nome, junto a outros colegas de luta, seja colocado à disposição como se fossem dispensados da escola. Tal fato é narrado no capítulo *Os excedentes*, em que mescla suas memórias a uma reportagem da Zero Hora de 14 de março de 1985 intitulada “CPERS faz denúncia de abusos no remanejamento prejudicados seriam professores de três escolas”. Utilizando de ironia, marca registrada de Helena do Sul, o capítulo é encerrado com o conto que narra uma fábula com quero-queros, hienas e outros animais. No conto, Maria traça uma rede metafórica em que relata a trama e a arquitetura interna que fez com que ela e outros colegas, pegos de surpresa, recebessem a notícia de que não mais lecionariam na escola. O caso atípico marca as perseguições àqueles e àquelas

que “resistem” a uma opressão não apenas sua, mas de outros como é o caso de Maria. Depois de nos contar toda sua trajetória de luta ainda encontra, com força, a opressão contra seu trabalho e sua luta.

Por fim, no capítulo *Até mais ver*, capítulo que encerra a trajetória de Maria, ela retorna com uma imagem sua que perdurará aos leitores. “Maria está de toga surrada, atirada no chão, dormindo como um cão, descansando um pouco, ou sonhando com a mãe Rosa que a carregava pela mão e dizia: ‘A esperança do pobre é o colégio’. Vou deixar que durma.” (SILVEIRA, 1987, p. 144). Adicionaria à lista de esperança todos os oprimidos. Maria, assim como Helena do Sul, creem que a educação é o caminho para mudar o mundo, fazê-lo mais justo e igualitário, um espaço para todos e não para poucos como tem sido durante anos. A luta de Maria é contra a opressão, é a resistência que sempre existiu entre os negros e negras insubmissas nos porões dos navios negreiros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceição Evaristo, em entrevista concedida ao Correio Brasiliense, em 2018, afirma que escrever é um ato político de insubordinação das mulheres negras. Elas ainda não compõem o cânone da literatura brasileira, contudo suas publicações são dotadas de uma rede metafórica desigual em que a vida preenche as páginas que impulsionam os movimentos de resistência e insubmissão. Maria Helena Vargas da Silveira, a Helena do Sul, escreve e publica na mesma época que Conceição Evaristo, inclusive, ambas eram grandes amigas e, não por acaso, o verbete que faz com que sua obra (a de Helena do Sul) retorne aos palcos e páginas da Academia partem de Conceição Evaristo.

Sendo as mulheres invisibilizadas, não só pelas páginas da história oficial, mas também pela literatura, e quando se tornam objetos da segunda, na maioria das vezes, surgem ficcionalizadas a partir de estereótipos vários, para as escritoras negras cabem vários cuidados. Assenhorando-se “da pena”, objeto representativo do

poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no *corpus* literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Surge a fala de um corpo que não é apenas *descrito*, mas antes de tudo *vivido*. A escre (vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra. (EVARISTO, 2005, p. 205, grifos da autora)

Assim, a escrevivência nos permite pensar as obras produzidas por mulheres negras, mas não se encerra nelas, pois, de alguma forma, a literatura negra é permeada de vivências e de autorreconhecimento de uma identidade que se molda, em especial, pelo processo de negritude, tornando-se negros. De mitos e estereótipos que partem da sociedade e cristalizam-se sendo mantidos via literatura, a escrita dessas mulheres busca, sobretudo, romper com os estereótipos e mitos, engendrados pelo mito da democracia racial, e autorrepresentam-se em suas escritas. Esse processo, contudo, não individualiza suas escritas, ao contrário, ao falar de si e de suas experiências trazem, também, as vozes de outras mulheres.

Partindo da intersecção das opressões: de gênero e de raça (CRENSHAW, 2002), encontramos no conceito filosófico de Vilma Piedade, Dororidade (PIEIDADE, 2017), elementos para pensarmos a necessidade e o poder da escrita dessas mulheres. A Dororidade intersecciona as dores e as feridas provocadas pela opressão de uma sociedade patriarcal machista e racista, além de outras opressões. Dororidade traz em si a sororidade e as feridas que não se fecham e que doem diariamente, seja na falta de oportunidade, seja no sufocamento das vozes autorais. Além disso, o conceito de literatura afrofeminina (SANTIAGO, 2012) nos permite pensar essas produções e suas particularidades como a memória que conduz à narrativa ou a busca por ela.

Assim, surge uma metáfora para a produção, em especial, de Helena do Sul: a costura. A memória é o fio da narrativa em *É fogo!*, memória que é mais do fragmentada é dilacerada, pois é possível (re) construir uma árvore

genealógica que nos permita destacar nossa ancestralidade africana. O processo de desafricanização fora tão perverso que apenas sabemos que nossos ancestrais vieram de lugares difusos de África, mas que lugar especificamente é tarefa impossível. Os sobrenomes que carregamos partem dos senhores de engenho que compraram, escravizaram, sufocaram e estupraram nossas ancestrais. Logo, a memória torna-se uma linha fina que costura as narrativas de dor, de violência e violação que persistem aos descendentes de povos escravizados. A agulha que costura essas narrativas é a Dororidade, uma necessidade de “testemunhar” a vivência e ecoar “vozes liberdades” que rompem com os elos da opressão.

É fogo! Nos conta a história de Maria da Silva, uma de nossas ancestrais que acreditou na educação como forma de insubmissão e resistência. Maria narra sua trajetória docente desde sua infância e, de dor em dor, reúne muitas outras vozes e vivências, ecoando em sua voz a Dororidade, dor compartilhada que ainda sangra. Escrever é um ato de resistência, publicar de insubordinação contra um sistema que insiste em levantar barreiras. Ainda estamos longe de encontrar espaço, mas vamos afrontosamente abrindo caminhos aos nossos e aos trabalhos dos nossos. A teoria na Academia ainda tem cor e, mais que tudo, continente e ele não é o africano. É preciso enegrecer as páginas da história da literatura, é preciso enegrecer as prateleiras das bibliotecas e é preciso enegrecer a teoria.

REFERÊNCIAS

- CERQUEIRA, Daniel et. al. *Atlas da violência 2018*. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documentos para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. Ano 10, 1º semestre, 2002.
- GOMES, Heloisa Toller. “Visíveis e invisíveis grades”: Vozes de mulheres na escrita afro-descendente contemporânea. *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia: Ed. UFU, v.12, n. 15, 2004, p.13-26.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, 1984, p. 223-244.

EVARISTO, Conceição. *Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face*. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Org). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Ideia, 2005, p. 201-212.

EVARISTO, Conceição. *Maria Helena Vargas*. Verbete. In: DUARTE, Eduardo de Assis. (org). *Literatura e afrodescendência no Brasil: Antologia crítica*. V.1. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

FERREIRA, Amanda Crispim. *Escrevivências, as lembranças afro-femininas como um lugar da memória afro-brasileira*: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães. 114f. Dissertação (Mestrado em Letras)- Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

PIEIDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Nós, 2017.

SANTIAGO, Ana Rita. *Vozes literárias de escritoras negras*. Cruz das Almas: Ed. UFRB, 2012.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

WERNECK, Jurema. Introdução. In: EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

SILVEIRA, Maria Helena Vargas da Silveira. (1987) *É fogo!* Porto Alegre: Grupo Editorial Rainha Ginga.

Recebido em 16/02/2019.

Aceito em 15/04/2019.